

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE AO
PROCESSO DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MEIO
RURAL DE NOVO BARREIRO (RS)**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Alessandra Franz

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE AO PROCESSO DE
INCLUSÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL DO MEIO RURAL DE NOVO BARREIRO
(RS)**

Alessandra Franz

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof. Leila Adriana Baptaglin

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A gestão democrática frente ao processo de inclusão em uma
Escola Municipal de Ensino Fundamental do meio rural de Novo
Barreiro (RS)**

elaborada por
Alessandra Franz

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Leila Adriana Baptaglin, Ms. UFSM
(Presidente/Orientador)

Cristiane Ludwig, Ms. (UFSM)

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 30 de novembro de 2012

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade, força, determinação e coragem no decorrer de todo este trabalho.

À orientadora **Leila Adriana Baptaglin**, pelo carinho, dedicação, competência e paciência na orientação deste trabalho. A você, Leila, muito obrigado.

A toda equipe de Professores e Tutores de que é composta a EAD da UFSM, Polo de Constantina (RS), pela disponibilidade em ofertar uma Especialização de qualidade, estando sempre à disposição para esclarecimentos de dúvidas ou dificuldades.

A Secretaria Municipal de Educação de Novo Barreiro (RS), todos os professores das séries do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Batista Réus, bem como a diretora desta instituição que prontamente colaboraram com a pesquisa respondendo ao questionário.

Aos alunos e pais que também colaboraram com a pesquisa respondendo ao questionário.

À minha família, que soube entender e respeitar esse momento de dedicação a este trabalho.

A todos que acreditam na força transformadora da Educação e fazem desta o ideal de suas vidas. Aos que buscam incessantemente o conhecimento e sentem orgulho pela profissão que escolheram.

A todos (as), enfim, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Muito Obrigada!!

“Ensinar exige risco, aceitação
do novo e eliminação de
qualquer forma de
discriminação”.
(Paulo Freire)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MEIO RURAL DE NOVO BARREIRO/RS

AUTORA: ALESSANDRA FRANZ

ORIENTADOR: Leila Adriana Baptaglin

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 30 de novembro de 2012.

Este trabalho apresenta um estudo sobre como ocorre o processo de inclusão no âmbito escolar, atentando para a necessidade de que os educadores ofereçam um tratamento especial rumo ao ideal da inclusão. Nesta direção, a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças. A ideia de inclusão está associada a uma sociedade democrática, na qual, a diversidade é respeitada, e todos, de forma igual, têm as mesmas oportunidades, a inclusão também busca derrubar este tipo de visão, defendendo a ideia de que o ensino se constrói na pluralidade e na certeza de que o processo de aprendizagem se funde na interação, a partir da qual desenvolve uma forma humana e significativa de perceber o meio. Sendo assim, busca-se neste estudo analisar a percepção do grupo gestor (dos pais, dos alunos, da direção, dos professores e da supervisora de ensino) de uma escola municipal de ensino fundamental a fim de verificar como ocorre a inclusão. Para isso foram realizados seis questionários com sete sujeitos, a partir da análise do conteúdo destes questionários percebemos que os professores desta escola apresentam uma posição favorável à inclusão, entretanto, da maneira como está sendo pensada a inclusão não está ocorrendo em sua totalidade. É necessário realizar adequações curriculares, a fim de envolver os alunos com necessidades educacionais em atividades que realmente desenvolvam suas potencialidades e esquecer a ideia de homogeneidade.

Palavras-chave: Ensino Regular. Gestão escolar. Portadores de deficiência. Inclusão Escolar.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MEIO RURAL DE NOVO BARREIRO (RS)

(DEMOCRATIC FRONT OF THE MANAGEMENT PROCESS OF INCLUSION IN A SCHOOL HALL OF ELEMENTARY EDUCATION OF RURAL AREAS OF NEW BARREIRO/RS).

AUTHOR: ALESSANDRA FRANZ

SUPERVISOR: Leila Adriana Baptaglin

Data e local da defesa: Constantina/RS, 30 de novembro de 2012.

This paper presents a study on how the process occurs inclusion in the school, noting the need for educators to offer special treatment toward the ideal of inclusion. In this direction, the legislation is explicit regarding the obligation to welcome and enroll all students, regardless of their needs or differences. The idea of inclusion is associated with a democratic society in which diversity is respected, and everyone, equally, have the same opportunities, the inclusion also seeks to overthrow this type of vision, championing the idea that education is built plurality and make sure that the learning process merges the interaction, from which develops a humane and meaningful to perceive the environment. Therefore, this study seeks to analyze the perception of the management group (parents, students, the direction of the supervising teachers and teaching) of a municipal school in elementary school in order to see how the inclusion occurs. For this six questionnaires were conducted with seven subjects, from the analysis of the contents of these questionnaires realize that the teachers of this school have a position in favor of inclusion, however, the way is being planned inclusion is not occurring in its entirety. You must make curricular adjustments in order to engage students with educational needs in activities that develop their potential and really forget the idea of homogeneity.

Key-words: Regular Education. School management. Disabled. School Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado
APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CNE- Conselho Nacional de Educação
EJBR- Escola João Batista Réus
LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OE- Orientadora de Ensino
PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação
PP- Projeto Pedagógico
P1- Professor 1 da rede regular de ensino
P2- Professor 2 da rede regular de ensino
P3- Professor do AEE
RS - Rio Grande do Sul
SMEC- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria
UPF – Universidade de Passo Fundo

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Termo de consentimento.....	66
Apêndice 2 – Termo de consentimento.....	67
Apêndice 3 – Questionário designado a professora do AEE	68
Apêndice 4 – Questionário designado a diretora da escola.....	69
Apêndice 5 – Questionário designado ao professor da sala comum.....	70
Apêndice 6 – Questionário designado a família de aluno que frequente a sala comum e o AEE:.....	71
Apêndice 7 – Questionário designado ao aluno com deficiência.....	72
Apêndice 8 – Questionário designado a supervisora de ensino do município e para a assessora pedagógica	73

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	15
3 REVISÃO DE LITERATURA	19
3.2 As tramas tecidas entre a gestão democrática e a inclusão	26
3.2.1 Adequações curriculares: refletindo sobre o cotidiano escolar.....	32
3.3 Fundamentos teóricos e pedagógicos do AEE em salas de recursos	39
4 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	45
4.1 Contextualização de campo da pesquisa.....	45
4.1.1. O trabalho com o aluno em sala de aula	48
4.1.2 Formação profissional do docente	50
4.1.3. A visão dos professores frente ao processo de inclusão.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICES	66

APRESENTAÇÃO

Frente aos dilemas do mundo competitivo e globalizado que vivenciamos hoje temos cada vez mais presente a concepção de educação construtiva, libertadora e conscientizadora, que busca a reflexão, a crítica e a transformação da sociedade. É justamente esta visão de transformação, vontade e busca pelo novo que intui em mim o desejo de preparar os futuros cidadãos transformadores da realidade.

Incentivada por minha família quando terminei o Ensino Fundamental na minha cidade, Novo Barreiro, realizei minha matrícula no Magistério, no município de Palmeira das Missões. Foi aí que iniciei meus primeiros contatos com a prática docente. Enquanto realizei meu estágio supervisionado do Curso Normal surgiu a oportunidade de inserção no Curso Superior.

Decidi então, me inscrever no vestibular da Universidade de Passo Fundo (UPF) de Palmeira das Missões (RS), no ano de 2007, para o curso de Letras, com o qual sempre me identifiquei. Como já esperado, tive momentos muito importantes dentro da graduação, os quais permitiram um crescimento profissional, intelectual e também pessoal.

Depois de finalizada a prática de estágio e com o êxito de conclusão do Magistério, recebi um convite da Secretaria Municipal de Educação do meu município, Novo Barreiro, para atuar como professora contratada de educação infantil e 1º ano do ensino fundamental (turma multisseriada), em uma escola do interior e foi aí que intensifiquei e comecei a colocar em prática meus conhecimentos teóricos. Trabalhei dois anos como professora da rede municipal de ensino de Novo Barreiro, nas séries iniciais do ensino fundamental e para minha surpresa no ano de 2010 fui convocada para trabalhar em uma escola estadual, no município de Chapada, com as disciplinas de Língua Inglesa e Português. Nesta época eu estava cursando o 5º semestre da graduação e esta foi uma experiência muito boa, já que até então, só havia trabalhado com séries iniciais.

Terminei a graduação em 2010 e no mesmo ano ingressei no Curso de Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira, pela UNINTER, também em Palmeira das Missões. No ano seguinte, realizei dois concursos na área educacional, nos quais consegui ser aprovada, fui nomeada,

então para trabalhar com séries iniciais no município de Novo Barreiro, enquanto o outro concurso do município de Sarandi não foi chamada no referido ano, então continuei trabalhando 20 horas no estado, no município de Chapada e 20 horas no município de Novo Barreiro.

Em junho deste mesmo ano, decidi por aprimorar ainda mais meus conhecimentos e decidi me inscrever para Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mas que seria um curso de Educação a Distância pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), para o qual estou hoje escrevendo o trabalho de conclusão.

No ano de 2012, fui nomeada no concurso para o qual havia sido aprovada em 2011, assim estou trabalhando 40 horas, 20 horas em Novo Barreiro na localidade de Linha Biriva, na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Batista Réus, instituição escolar na qual será realizada a investigação desta pesquisa e 20 horas em Sarandi, como professora de séries iniciais.

Adoro meu trabalho e tenho orgulho da minha profissão. Porém, sei da grande responsabilidade que nós gestores temos em mãos. Todos esperam que a escola faça a diferença na vida de seus alunos. Isso quer dizer que queremos que todo o estudante saia diferente de como nela entrou. Esse é o motivo pelo qual procuramos uma escola que promova o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral de seus alunos. Para que isso ocorra, a escola necessita de uma Gestão Democrática que partindo da construção do Projeto Político Pedagógico possibilite a ela alcançar a finalidade, concretizando sua função social: a promoção da cidadania, o desenvolvimento pleno, o sucesso dos alunos, bem como a inclusão de alunos portadores de deficiência.

Optei por trabalhar com o tema inclusão na escola por perceber uma problemática dentro deste contexto. Na escola onde atuo no ensino fundamental percebemos a existência de um grande número de alunos com dificuldades de aprendizagem, alguns portadores de deficiência e com parecer neurológico e outros apenas com acentuadas dificuldades de aprender. Estes alunos são encaminhados para aulas de reforço e para o Atendimento Educacional Especializado, as quais se encontram superlotadas.

Os gestores constantemente “reclamam” desta situação, em alguns momentos culpam as famílias pela ausência, em outros o sistema pela complexidade e não refletem sobre o seu planejamento, sobre a sua ação docente e

sobre os seus esforços para amenizar estas dificuldades enfrentadas pela escola. Pretendemos nesta pesquisa analisar a percepção dos professores, da direção, dos pais, dos alunos e da supervisora de ensino sobre como ocorre o processo de inserção de alunos portadores de deficiência e se é realmente possibilitado a estes alunos desenvolver suas potencialidades.

O sistema educacional inclusivo está fundamentado na constituição federal de 1988, que garante a educação como direito de todos, e no decreto N° 6.949/2009, que ratifica a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), assegurando o direito de pleno acesso à educação em igualdade de condições com as demais pessoas.

Os avanços das escolas brasileiras para a realização do processo incluso têm acontecido muito lentamente e o número crescente de alunos outrora excluídos das turmas do ensino comum, são uma provocação constante nesse sentido.

O tema da pesquisa se justifica por sua própria natureza, uma vez que, a educação inclusiva vem se tornando uma realidade cada vez mais desafiadora para os sistemas de ensino, pois o direito à educação não se configura como apenas pelo acesso, mas também pela sua participação e aprendizagem ao longo da vida. Desta forma, faz-se necessário no contexto escolar e, infelizmente, o que se sabe, a partir de pesquisas anteriores, é que esta não é a verdadeira realidade das escolas, que ainda se revelam, muitas vezes, ignorantes no que diz respeito à diversidade, exercendo práticas preconceituosas e incoerentes no trato com as necessidades de seus educandos.

Este tema é de fundamental importância para ser discutido no âmbito educacional, já que é o lugar que permite refletir sobre a gestão, analisando, descrevendo e explicando maneiras de trabalhar com a diferença, de forma que quando os professores exercerem sua docência em sala de aula estejam seguros para poder lidar com essa questão, que certamente vão encontrar. Estar seguro quanto a isso, ter um referencial teórico para ajudá-los é de grande importância principalmente para que esses professores não deixem que se reproduza em sala de aula o preconceito. Sabe-se que organizar o trabalho pedagógico especializado em uma escola não é uma tarefa fácil é algo abrangente, requer uma formação de boa qualidade, além de exigir do gestor um trabalho coletivo que busca incessantemente a autonomia, liberdade, emancipação e a participação.

Assim, este estudo tem como temática geral: O gestor e a inclusão, e como temática específica: A gestão democrática como meio de inclusão em uma escola do meio rural de Novo Barreiro (RS). A problematização está relacionada à existência ou não de um planejamento que viabilize a verdadeira inclusão, participação e inserção destes alunos na escola.

A partir do exposto, compreendemos que o objetivo geral do trabalho é compreender as tramas tecidas entre os processos de inclusão e a Gestão Democrática no espaço de uma escola municipal e os objetivos específicos: identificar como ocorre o processo de inclusão na rede regular de ensino na escola municipal; verificar a percepção dos gestores acerca da gestão democrática nos processos de inclusão; possibilitar um repensar a reorganização do currículo e as práticas pedagógicas para efetivar o processo de inclusão e, possibilitar a compreensão do Atendimento Educacional Especializado AEE, como um espaço de trocas que favoreça o ato de aprender e ensinar.

Ademais, essa pesquisa está subdividida em dois capítulos, sendo que no primeiro se apresenta os encaminhamentos metodológicos utilizados na pesquisa enquanto o segundo capítulo se refere à revisão de literatura, no qual apresentamos um breve panorama das políticas públicas relacionadas à inclusão, a importância da gestão democrática como espaço de trocas e de trabalho coletivo na perspectiva inclusiva, as adequações curriculares necessárias para efetivar o desenvolvimento das potencialidades dos alunos portadores de deficiência, bem como os fundamentos teóricos e pedagógicos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Sala de Recursos Multifuncionais.

Enquanto o terceiro capítulo se refere à apresentação das informações da pesquisa, contextualizamos o campo da pesquisa, a opinião da equipe gestora, dos professores, dos pais, dos alunos e da supervisora de ensino referente à inclusão na escola investigada se esse se constituiu em um instrumento de gestão democrática. Neste capítulo procuramos interligar a pesquisa de campo com os referenciais teóricos acerca da inclusão.

2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Caracterizamos o estudo aqui elaborado como uma pesquisa de campo do tipo qualitativa. Conforme Zanelli (2002):

O conhecimento elaborado durante a pesquisa qualitativa é essencialmente interpretativo. O pesquisador produz significados à medida que conduz seu estudo. Desenvolve habilidades qualitativas de ver, ouvir, ler e atribuir sentido às suas percepções. Parte da suposição de que a realidade de cada organização é um fenômeno social construído pelos participantes em suas vidas cotidianas, e a tarefa do pesquisador é traduzir o que foi apreendido: descrever e interpretar como as pessoas atribuem sentido e agem em seus mundos de trabalho. (ZANELLI, 2002 p. 87).

Portanto, a pesquisa qualitativa corresponde à proposta deste estudo, na medida em que nos dá sustentação para compreender os projetos e ações, realizadas através das políticas públicas e da gestão democrática, que visam à inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas da escola municipal de ensino pesquisada.

Esta investigação que, como já citado, apresenta caráter qualitativo, preocupa-se principalmente com o significado das informações e não com quantidades. Para Triviños (1987), este tipo de pesquisa permite o confronto de perspectivas diferentes para entender o real, tornando-se uma importante alternativa na investigação em educação. A pesquisa qualitativa tem preocupação com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores e representações sociais que permeiam a rede de relações na sociedade. (PÁDUA, 2004).

Dentro da pesquisa qualitativa podemos trazer o estudo de caso, que neste trabalho foi realizado em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do meio rural de Novo Barreiro (RS), para poder realizar esse trabalho é fundamental a interação entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Com relação às características da pesquisa do tipo estudo de caso, Ludke e André (1986) destacam que:

Os estudos de caso visam à descoberta; [...] enfatizam a 'interpretação em contexto'; [...] procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social; Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.18, grifo do autor).

Este estudo de caso ocorreu através de um levantamento bibliográfico e documental do Projeto Pedagógico da Escola, bem como, do PP do AEE. Também realizamos questionários com perguntas que foram transcritas e analisadas de acordo com o conteúdo. Tendo como colaboradores: a diretora (1 pessoa), professores de classes regulares (2 pessoas), professora do AEE (1 pessoa), família (mãe de um aluno que frequenta o AEE), aluno (1 alunos que frequenta o AEE) e supervisora de ensino da Secretaria Municipal de Educação (SMEC) de Novo Barreiro (1 pessoa). O propósito foi o de reunir um grande número de informações, visando compreender como o processo de inclusão de alunos com deficiências é percebido pelos atores do âmbito escolar.

Primeiramente, os colaboradores e instituições pesquisadas foram informados sobre os propósitos da pesquisa e assinaram um termo de consentimento (APÊNDICE 1). A seguir, realizamos uma pesquisa através de questionários (APÊNDICE 2, 3, 4 e 5), que foram respondidos pelos colaboradores acima citados. Partimos do pressuposto de que “por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”. (GIL,1991, p. 90). Este questionário foi organizado de acordo com os objetivos especificados para o estudo.

O questionário é caracterizado por Martins (2006, p.36) como sendo um “conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever”, ou seja, um questionário é feito de perguntas, entregue por escrito ao colaborador da pesquisa, sendo que o mesmo as responde também por escrito.

Foram pesquisados assuntos pertinentes sobre a possibilidade de uma gestão democrática. O primeiro passo para obter as informações dessa pesquisa de campo foi ter a permissão da escola para o desenvolvimento da mesma. Em seguida, partimos para o conhecimento do PP e paralelamente também foi exposto para a equipe diretiva o tema da pesquisa e a sua importância. Após solicitamos que as famílias, professores, direção e orientação pedagógica municipal respondessem ao questionário. As questões apresentadas aos sujeitos de pesquisa encontram-se nos anexos (2, 3, 4 e 5).

Dessa forma, a pesquisa seguiu os seguintes passos descritos por Triviños (2007): delineamento do tema e objetivo a serem estudados; revisão de literatura; questões de pesquisa e perguntas norteadoras, coleta de dados e análise das informações, a qual foi através da análise descritiva do conteúdo coletado, em que

se priorizaram as informações pertinentes aos objetivos da pesquisa a partir da inferência do pesquisador.

A partir dos dados coletados nos questionário, realizamos a análise documental. Este procedimento favorece a observação do processo de maturação ou evolução dos indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008). É o momento de reelaborar os conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos, nessa hora o investigador deve interpretar, sintetizar as informações.

Em uma análise documental é importante sempre ter em mente qual o ponto central, o foco, ou seja, em nossa pesquisa foi analisado o Projeto Pedagógico da escola, buscamos analisar como é tratado o processo de inclusão dos alunos com deficiência e também o PP do Atendimento Educacional Especializado, analisamos ainda como ocorre o planejamento e se este recurso está servindo como meio de inserir este aluno na escola.

Para a análise de conteúdo das informações coletadas seguimos as orientações de Ludke e André (1986) para os quais, estando-se de posse do material coletado e, após leitura atenta do mesmo, deve-se destacar os principais achados da pesquisa organizando-se assim uma classificação das informações de acordo com os seguintes passos: construção de um conjunto de categorias descritivas considerando-se o referencial teórico; desvelo de mensagens implícitas na fala de cada entrevistada; classificação das informações segundo categorias teóricas iniciais ou conceitos emergentes. Logo após, as categorias foram relacionadas para formar conceitos mais abrangentes; as ideias muito amplas são subdivididas a fim de facilitar a composição e apresentação das informações. Após esta classificação e organização das informações passamos à apresentação, de forma clara e coerente, as informações coletadas.

Dessa forma, foi possível abstrair informações, estabelecer conexões e relações que irão possibilitar “novas explicações e interpretações” ou o “levantamento de novas questões e questionamentos que precisarão ser mais sistematicamente explorados em estudos futuros”. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.48-49).

Em suma, os procedimentos metodológicos utilizados, isto é, as formas de proceder, fundamentamos na abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, pois acreditamos que por meio deste tipo de pesquisa é possível o desenvolvimento reflexivo com elementos necessários a auxiliar o pesquisador na compreensão da

realidade investigada. A escolha da metodologia tem um significado especial uma vez que, todo o trabalho passa a ser norteado por esta, desde a sua estruturação inicial até a análise final dos resultados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo serão abordados os assuntos: a gestão democrática na perspectiva inclusiva, as adequações curriculares e os fundamentos teóricos e pedagógicos do AEE em salas de recursos.

3.1 Políticas públicas e Educação inclusiva: um breve panorama

Nossa sociedade vive atualmente a era da globalização, da tecnologia, do consumismo, do capitalismo, enfim, do desenvolvimento em todas as áreas, porém este “crescimento” em alguns momentos agrega também exclusão. Registramos constantemente pesquisas que revelam a exclusão social de grupos menos favorecidos social e economicamente; essa exclusão também é bastante marcante nas instituições de ensino.

Com o objetivo de amenizar e futuramente combater a exclusão escolar, o governo vem investindo fortemente em políticas públicas na área educacional. Assim, a inclusão social e educacional é hoje, um movimento mundial que vem se intensificando particularmente a partir da década de 90. No Brasil, a educação inclusiva se materializa na transformação do sistema educacional em sistema educacional inclusivo.

Educação especial, tal como conhecemos hoje, tem sua origem na década de 1960, na Dinamarca, onde pais e amigos de pessoas com deficiência se uniram e realizaram um movimento reivindicando o direito e acesso à educação ofertada em escolas regulares com demais crianças e adultos, entre outras solicitações.

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a educação Nacional, Lei n. 9.394/96, trata em seu capítulo V da educação especial, a qual é considerada como uma modalidade da educação escolar e também como o grupo de recursos e de estratégias de apoio ao ensino que ofereçam aos educandos diversas alternativas de aprendizagem.

Pensando na inclusão desta maneira, os professores devem ter um olhar para cada aluno, observando o ritmo, o desenvolvimento e as potencialidades, pois só assim, poderão conceder direitos iguais a todos, como destaca Stainback e Stainback:

Se realmente desejamos uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiências as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 29).

Este processo de conhecer e saber lidar com a diversidade só irá realmente ocorrer na medida em que nossas escolas reconheçam sua responsabilidade com todos os alunos, evitando preferências e discriminações.

Podemos citar alguns marcos históricos e normativos em relação à educação especial. Em plena ditadura foi implementada a Constituição de 1937, o que foi um grande marco em favor da cidadania. A normatização da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, consiste em uma das articulações políticas mais importantes do mundo, tanto por reforçar a dignidade humana e o princípio de universalidade, quanto por oferecer um conjunto de referências que orientem para a evolução da organização da sociedade.

Em 1961, a LDBEN nº 4.024 aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Então, em 1971, a lei nº 45.692, reforça o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1988, a Constituição Federal, dispõe sobre preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, sobre a educação como um direito de todos, bem como sobre a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, reforça os dispositivos legais supracitados, determinando a obrigação dos pais ou responsáveis em matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. Em 1990, a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Contando com a presença de 92 representantes governamentais e 25 de organizações internacionais, realizou-se em 1994, na cidade de Barcelona, Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso

e qualidade. Suas conclusões foram registradas na Declaração de Salamanca e enquadramento da ação, na área das necessidades educativas especiais, e as diretrizes para a ação a nível nacional: política e organização, fatores escolares, recrutamento e treino do pessoal docente, serviços externos de apoio, áreas prioritárias, perspectivas comunitárias, recursos necessários e as diretrizes de ação a nível regional e internacional. (BRASIL, 1994, p.15).

A Educação Inclusiva se caracteriza como uma política de justiça social que alcança alunos com necessidades educacionais especiais, tornando-se aqui o conceito mais amplo, que é o da Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (BRASIL, 1994, p. 17-18).

Um trabalho de inclusão assim visto possibilitaria que todos os alunos tivessem a mesma oportunidade, favorecendo a igualdade de direitos, bem como, um ensino voltado para o sucesso, para a construção da cidadania.

Ainda em 1994, o Brasil publica o documento Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” e alicerçado no paradigma integracionista, fundamentado no princípio da normatização, com foco no modelo clínico, atribuindo às características físicas, intelectuais ou sensoriais dos alunos um caráter incapacitante que se constitui em impedimento para a inclusão educacional e social.

Esse documento define como modalidades de atendimento da educação especial no Brasil: as escolas e classe especiais; o atendimento domiciliar, em classe hospitalar e em sala de recursos; o ensino itinerante, as oficinas pedagógicas e a estimulação essencial; e as classes comuns. O acesso dos alunos com deficiência ao ensino regular é condicionado, conforme expressa a conceito que orienta quanto à matrícula em classe comum:

Ambiente dito regular de ensino, no qual também, são matriculados, em processo de integração instrucional, os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais. (BRASIL, 1994, p. 19).

Em vez de promover mudança de concepção favorecendo os avanços no processo de inclusão este documento demonstrava fragilidade diante dos desafios inerentes à construção do novo paradigma educacional.

É implementada em 1996 a Lei nº 9.394, atual LDBEN, a qual estabelece que as instituições de ensino devem aprimorar e modificar currículo, métodos e recursos a fim de atender as peculiaridades de sua clientela.

Em 1999, o Decreto nº 3.298 ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 2001, foi criada as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Segundo essa lei:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, p. 01).

Destacamos como marco no avanço da inclusão educacional, a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, celebrada na Guatemala, em maio de 1999, da qual o Brasil é signatário. A importância dessa legislação consiste no fato de explicitar a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência, definindo, no art.1º, nº 2-a, discriminação como:

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (BRASIL, 2004, p.02).

Entretanto, muitos alunos têm negado esse direito de acesso à educação de qualidade, já que, muitos desconsideram os princípios da igualdade e da justiça.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) destaca que a importância da construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade, também estabelece objetivos, metas e aponta déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao AEE.

O Decreto nº 3.956, em 2001, promulga no Brasil a Convenção da Guatemala (1999) que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação, com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Em 2002, com a Lei nº 10.436, a Língua Brasileira de Sinais – Libras é conhecida como a Língua Materna dos Surdos, bem como destaca as diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Braille em todas as modalidades de ensino e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

Ao reconhecer as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino surge a necessidade de criar alternativas para motivar a educação inclusiva. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior, entre outras.

Para a implementação do PDE é publicado o Decreto nº 6.094/2007, o qual reafirma a visão que busca superar a oposição entre educação regular e educação

especial. Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino.

Em 2009, a Resolução nº 4 CNE de 2/10/09 AEE institui Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE. Sobre este atendimento a LDB destaca:

O Atendimento Educacional Especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. (BRASIL, 2009, p. 21).

Sendo assim, o direito ao AEE previsto nos artigos 58, 59 e 60 da LDBEN (Lei nº. 9394/96) e também na Constituição Federal, não substitui o direito à educação (escolarização) oferecida em turmas de escolas comuns da rede regular de ensino.

A Convenção da Guatemala deixa clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência, definindo a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

De acordo com os princípios e fins da educação nacional, a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. A prática pedagógica é o fator fundamental na transformação da escola bem como da sociedade. Em função do tema da diversidade, as práticas pedagógicas tem caminhado no sentido da pedagogia das diferenças.

Promover o processo de inclusão exige uma mudança de postura e de olhar, implica também na quebra de paradigmas, em reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista da educação de qualidade, no qual o acesso, o atendimento educacional adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independente de suas características pessoais. Segundo Mantoan (2003, p.24) a “inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, avança ao definir como objetivo garantir a todos os alunos, públicos alvos da educação especial, o acesso ao ensino regular e a oferta de atendimento educacional especializado.

A educação inclusiva desenvolve as condições da escola para apoiar o processo de escolarização dos alunos à educação especial, como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, deve estar presente desde a educação infantil e educação superior. Nesse sentido, destaca-se a articulação de políticas públicas na perspectiva inclusiva em todos os níveis educacionais, fundamentais para promover a participação e aprendizagem nas escolas urbanas, do campo, quilombolas, indígenas, no ensino presencial e a distância, e a continuidade de estudos nos mais elevados níveis de ensino.

E por fim, a resolução CNB/CEB nº 4/2009, institui Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, dispondo que a educação especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades, tendo esse atendimento como parte integrante do processo educacional.

Com a implantação das políticas públicas relacionadas com a educação inclusiva observamos pelos dados do INEP que desde 1998, o número de matrículas de estudantes especiais em escolas regulares passou de 43,9 mil para 558 mil em 2011. Logo, podemos verificar a relevância da criação de políticas que reforcem o processo de inclusão, pois elas realmente estão funcionando.

Sabendo que conhecimento escolar é quase condição para a sobrevivência e o bem-estar social, sem ele, não podemos ter acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. A educação é a base para todos e este direito deve ser respeitado e valorizado no âmbito da diversidade, pois a educação contribui para que crianças,

adolescentes, jovens, homens e mulheres saiam da pobreza, seja através de sua inserção no mundo do trabalho, seja por possibilitar a participação política em prol da melhoria das condições de vida de todos, seja por também contribuir para evitar a marginalização das mulheres, a exploração sexual, o trabalho infantil, entre outros.

3.2 As tramas tecidas entre a gestão democrática e a inclusão

A ideia de construção de uma escola inclusiva encontra-se entrelaçada com o processo de gestão democrática, pois se percebe a grande importância do conceito democracia na gestão educacional, como garantia dos direitos fundamentais e busca da autonomia. A democracia possibilita aos gestores a transparência de suas ações e atos possibilitando a toda a comunidade escolar e local a aquisição de saberes, conhecimentos, ideias e sonhos, aprender a aprender, inventar, dialogar, construir, transformar, enfim buscar uma educação de qualidade, valorizando a participação e tomada de decisão de todos os envolvidos no processo educativo.

Repensar a educação é o desafio maior que se impõe à escola atual e a todos os seus segmentos. Reconstruir uma educação de qualidade, que responda às exigências do nosso tempo não significa o abandono do passado, mas uma releitura dos conhecimentos já afirmados à luz dos nossos desafios. Significa também e, principalmente, conhecer nossa realidade, numa visão ampla do contexto em que estamos inseridos.

Construir a relação entre escola e a comunidade é um dos grandes desafios que se coloca para a escola na construção e gestão do processo de inclusão, a partir do princípio da participação democrática. A gestão democrática escolar envolve a participação crítica e ampla na construção da escola inclusiva e no seu desenvolvimento, assegurando a transparência das decisões, fortalecendo as pressões para que elas sejam legítimas, garantindo o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribuindo para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação.

A nível nacional, a educação não é vista como prioridade, ocasionando problemas de descaso, baixa remuneração, falta de capacitação e aperfeiçoamento contínuo. A educação pública sofre um descrédito por parte da sociedade. Até aqui se viveu a falta de uma política educacional baseada na infraestrutura de cada

comunidade. Vemos agora a possibilidade de mudar esse quadro de acordo com nossas próprias construções, uma vez que a LDB abre espaço para que cada estabelecimento de ensino construa as suas próprias diretrizes, baseadas numa legislação superior.

O processo inclusivo é um movimento político, cultural, social e pedagógico, que em meio à globalização da sociedade atual visa à construção de sistemas educacionais organizados e planejados estrutural e culturalmente. Essa é uma mudança em defesa do direito de todos os educandos para que tenham suas especificidades atendidas superando, desta forma, a exclusão.

Para o estudioso Vygotsky que também estudou o tema das deficiências:

do mesmo modo que a criança em cada etapa do desenvolvimento, em cada fase sua representa uma peculiaridade qualitativa, uma estrutura específica do organismo e da personalidade, a criança com deficiência representa um tipo peculiar, qualitativamente distinto de desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1989, p. 6).

Assim, a responsabilidade dos gestores com a inclusão se caracteriza principalmente pelo respeito aos limites e possibilidades de desenvolvimento de cada aluno sem explicitar distinção em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas dos educandos.

Os avanços das escolas brasileiras para a realização do processo incluso têm acontecido muito lentamente. Até certo ponto é compreensível a resistência das escolas à inclusão, dada a nossa inexperiência com as diferenças, que nos faz reduzi-las a identidades fixadas; alunos com deficiência mental, alunos em situação de risco social, alunos da periferia, com altas habilidades e outros.

Para Fernandes:

O papel do professor nesse contexto é de fundamental importância já que sua ação mediadora é imprescindível para a formação de culturas inclusivas no contexto escolar. Mesmo que não caiba à escola o papel de transformação das desigualdades econômicas e sociais, a educação tem um papel preponderante na denúncia dos fatores que acentuam a exclusão, procurando formar pessoas críticas e cidadãos que apontem alternativas e mudanças nas relações sociais, atenuando relações assimétricas de poder. (FERNANDES, 2006, p.17).

O aspecto da comunicação e da colaboração também foi identificado por Penaforte (2009) como fundamental no processo de construção de uma escola

inclusiva. Praticando a gestão democrática aumentamos as possibilidades dos atores escolares assumirem os projetos da escola como de todos, diminuindo, assim, as dificuldades do contexto. A atuação da direção e coordenação pedagógica da escola é muito importante no sentido de guiar e incentivar a colaboração entre professores do ensino comum e entre professores do ensino especializado, bem como, estimular a maior participação da comunidade escolar nos projetos desenvolvidos pela escola, estruturando assim um trabalho de forma coletiva.

A gestão deve esforçar-se para explorar de forma aprofundada as estratégias de resolução dos conflitos que surgirão na instituição escolar. É de fundamental importância para o trabalho de uma gestão escolar inclusiva ouvir cada professor, estimular a comunicação entre eles, esclarecer pontos de divergência, deixando claro para cada um a fonte do problema e sugerindo que cheguem a um ponto em comum.

Como nos diz Paulo Freire (1987, p. 68): “ninguém educa ninguém; que ninguém tampouco se educa sozinho; que os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo”. Assim, o ser humano precisa estar integrado com os demais, interagindo, compreendendo a realidade para poder transformá-la.

Com relação à gestão democrática destacamos a necessidade de as instituições de ensino refletirem e questionarem sobre suas ações e sobre o seu planejamento. Compreendida como uma forma de trabalho conjunto a fim de sanar as dificuldades encontradas, planejar e realizar mudanças, criando uma organização de ensino-aprendizagem que tenha o compromisso de resolver problemas, fazendo o uso dos conhecimentos e dos recursos disponíveis.

Refletindo sobre este ensino inclusivo, percebemos que ele exige reforma, mudança, renovação e principalmente a busca pelo novo, sem medo de ousar e de errar, pois é errando que se aprende. Nesta geração da evolução, os pais, professores, alunos, diretores e as comunidades devem primar pelo trabalho democrático, buscando sempre a gestão democrática através da colaboração, a fim de envolver todos no trabalho de incluir alunos com deficiência.

Carvalho descreveu a importância da troca de informações entre família, escola e comunidade:

A operacionalidade da inclusão de quaisquer aluno no espaço escolar deve resultar de relações dialógicas envolvendo família, escola e comunidade, de modo que cada escola ressignifique as diferenças individuais, bem como reexamine sua prática pedagógica. (CARVALHO, 1998, p. 193).

Neste sentido, reforçamos a importância de exercer uma gestão escolar na perspectiva democrática, sabemos que isso só é realmente efetivado quando há envolvimento, participação e comprometimento de todos, partilhando e descentralizando poderes, tomando decisões e assumindo responsabilidades de modo conjunto, ora construindo propostas coletivas, ora refletindo, ora avaliando os resultados das ações. É a descentralização que atribui à escola maior poder de decisão e autonomia.

Repensar a escola como espaço democrático de troca de produção e conhecimento é o grande desafio que os educadores deverão enfrentar neste início de milênio, especificamente o gestor escolar, por ser um elemento significativo e articulador de uma prática capaz de romper com as relações competitivas, autoritárias e corporativas que permeiam as relações internas da escola. Assim, torna-se urgente a construção de uma proposta pedagógica com um planejamento articulando o processo coletivo na tomada de decisões.

Sendo assim, destacamos que a inclusão não depende somente de mudanças burocráticas do ensino, mas de mudanças de valores de toda a sociedade, onde esses valores deverão iniciar-se dentro do contexto escolar, com reflexões dos professores, direção, pais, alunos e comunidade para que a consciência inclusiva comece a brotar nas pessoas, onde a educação escolar ocupa um lugar de destaque e, por isso, que partindo dela é que as pessoas poderão refletir em cima de seus atos para que comece a haver mudanças neste contexto e, portanto, venha a favorecer o processo de inclusão a que vivemos.

Para destacar a dimensão política e prática da gestão colaborativa como fator da democratização escolar, lançamos mão da comparação entre uma escola e uma orquestra.

É preciso que todos funcionem como uma orquestra: afinados entorno de uma partitura e regidos pela batuta de um maestro que aponta como cada um entra para obter um resultado harmônico. Esse maestro é o gestor. E a partitura, o Projeto Pedagógico da escola, um arranjo sob medida para os alunos e que é referência para todos. (VIEIRA, 2002, p. 88).

É inegável a importância da gestão democrática enquanto “tomada de decisões”, que se realiza a cada momento da vida escolar, quer planejando, construindo o Projeto Pedagógico (PP), quer avaliando a realidade educacional que subsidiará essa construção. Os projetos pedagógicos ganham sua significação na articulação com um projeto mais amplo de sociedade que se deseja e pela qual se luta.

Superar a cultura tradicional de simples transmissão de conhecimentos, em reflexão, busca e construção não é tarefa fácil e esta deve ser superada, pois esta maneira de “aprender” já não se enquadra aos novos tempos. No contexto atual precisamos que o Projeto Pedagógico da escola priorize a construção de novos conhecimentos através da interação, do convívio, das trocas e do conhecimento da realidade.

A construção do Projeto Político-Pedagógico é um ato deliberativa dos sujeitos envolvidos com o processo educativo da escola. Entendemos que ele é o resultado de um processo complexo de debate cuja concepção demanda não só tempo, mas também estudo, reflexão e aprendizagem de trabalho coletivo. (VEIGA, 2008, p. 30).

Desta forma, o PP demonstra a possibilidade de seguir uma determinada linha de ensino. Para Celso Vasconcellos, “o projeto não pode ser uma camisa de força para a escola e para o professor. Deve dar a base de tranquilidade, as condições para administrar o cotidiano e, assim, inclusive, liberar espaço para a criatividade”. (2002, p. 47).

Analisando este importante documento da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Batista Réus (EJBR), consegue-se perceber que a preocupação com a gestão democrática está bastante presente. De acordo com o PP a visão dos professores sobre a comunidade escolar é:

Os integrantes da comunidade [...] não tem acesso a muitas fontes de informação, o que acarreta em dificuldade de posicionamento frente a diferentes questões sociais, ambientais, políticas, educacionais e econômicas. A comunidade onde a escola está inserida possui grande divisão entre as famílias, porém quando os pais são convocados para o bem comum, como trabalhar pela escola percebe-se a união e a participação de todos. (PP, JBR, 2010, p.9).

Uma das metas contidas no documento reconstruído é a integração entre a família e escola, assim a escola busca o apoio da comunidade através de reuniões e palestras, visando à participação da família no andamento dos projetos que são desenvolvidos na escola, dialogando, refletindo e analisando os problemas sociais, econômicos e políticos, para que compreendam seus direitos e exerçam seus deveres.

Percebemos também através da reflexão deste documento que o ensino desta instituição é apoiado na teoria dos grandes teóricos da área educacional: Piaget, Vygotsky e Paulo Freire. Apoiada nesses autores, a educação consiste em propor a problematização como ponto de partida para que o aluno construa o conhecimento, interagindo com o meio social e avance cognitivamente por meio de intervenções pedagógicas.

A educação especial, por sua vez, converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação, por meio da realização do atendimento educacional especializado, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum, em benefício de todos os alunos.

Sendo assim, os alunos com necessidades especiais desta escola, serão incluídos no Ensino Regular, recebendo atendimento individualizado, conforme possibilidades da escola. Sendo que, seu ritmo de desenvolvimento será respeitado, sendo estimulado a partir das suas possibilidades.

A preocupação com o processo de inclusão pode-se afirmar que está enfocada no PP da escola. A Sala de Recursos Multifuncional desta escola possui um PP próprio, no qual se destaca:

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas classes de ensino comum, nos níveis de ensino, tem papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, reconhecendo à diversidade as potencialidades, bem como as necessidades individuais. A educação será efetivada mediante a garantia de atendimento educacional que proporcione igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (PP DO AEE, 2010, p.14).

Pela análise deste documento específico do AEE da escola, também percebemos que dentre a clientela atendida temos vários alunos com diagnóstico psicológico e neurológico comprometido, necessitando atendimento especializado

no AEE, o qual é realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo da sala comuns.

Com isso, constatamos com clareza que a instituição de ensino investigada destaca em seus documentos normativos a importância de incluir, respeitar a diversidade e oferecer um ensino de qualidade que permita a todos os alunos o acesso e permanência na escola, bem como o desenvolvimento de suas potencialidades.

São visíveis as constantes transformações sofridas pelas escolas no decorrer dos anos, mudanças estas que, para serem realmente positivas implicam em boa vontade política e muito planejamento. Temos que pensar criticamente e coletivamente, tendo uma participação ampla e democrática, buscando uma educação “pautada na autonomia, no desenvolvimento e na coletividade”, para assim conseguirmos uma real educação de qualidade e para todos.

A educação está em constantes transformações, mas é preciso boa vontade política e muito planejamento de suas metas e ações, temos que pensar criticamente e coletivamente, tendo uma participação ampla e democrática, buscando uma educação “pautada na autonomia, no desenvolvimento e na coletividade”, para assim conseguirmos uma real educação de qualidade e para todos.

3.2.1 Adequações curriculares: refletindo sobre o cotidiano escolar

O sistema capitalista, marcado pelo consumismo que concentra as riquezas nas mãos de alguns, gera a marginalização de grande parte da população brasileira. Esse sistema social provoca situações de fome, desemprego, falta de moradia, saúde precária, carência de alternativas às crianças, jovens e idosos, violência crescente e impune. Neste contexto, muitas pessoas são vistas e valorizadas pelo que tem e não pelo que são.

A crise dos valores reforçada pelos meios de comunicação repercute de várias formas na educação: sob o pretexto de uma visão técnica e moderna da

educação, impõe-se um tecnicismo desumanizante que usa o homem a serviço do capital e da acumulação. Exalta-se, de um lado, a pura racionalidade científica, do outro, insiste-se na aprendizagem de comportamentos padronizados, exigências do projeto modernizante. Isso leva as escolas a se organizarem em torno de metas parciais e os alunos a darem importância excessiva a diplomas e certificados, vistos, com frequência, como meros passaportes para a ascensão social e promoção individualista.

A educação inclusiva é um movimento mundial, uma ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando. Este processo assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Essa afirmação nos leva a aliar o que aparentemente é seguro, evitando as verdades estabelecidas, além de nossos preconceitos, para que busquemos investir em um modo ousado de organizar nossa escola, conforme nos recomendou Paulo Freire:

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura que marca, que não tem medo do risco, por isso recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim á vida. (FREIRE, 2000, p. 36).

Essa é a concepção da escola, enquanto espaço social que precisa ser desenvolvida, e nela precisa estar presente a criatividade, a busca, a ousadia e principalmente a crença nas possibilidades dos educandos. Paulo Freire (1996, 2002, 2005) defende a educação como ato dialógico e traz conceitos importantes a respeito da mediação do homem com a sociedade a fim de transformá-la. Ele afirma que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção” (1996, p. 27).

Assim, a inclusão não depende somente de mudanças burocráticas do ensino, mas de mudanças de valores de toda a sociedade, aonde esses valores deverão iniciar-se dentro do contexto escolar, com reflexões de todos os atores do

âmbito escolar para que a consciência inclusiva comece a brotar nas pessoas, onde a educação escolar ocupa um lugar de destaque e, por isso que, partindo dela que as pessoas poderão refletir em cima de seus atos para que comece a haver mudanças neste contexto e, portanto, venha a favorecer o processo de inclusão a que vivemos.

A individualização dos processos de formação é a imagem de uma prática pedagógica voltada para o indivíduo. Para compreender e realizar uma distinção Perrenoud destaca:

deve-se aceitar a mudança de perspectiva, colocar-se no ponto de vista do aluno, de seu currículo de formação, como consequência de experiências de vida que contribuam para forjar sua personalidade, seu capital de conhecimentos, suas competências, sua relação com o saber e sua identidade. Nesse sentido, todos os percursos de formação são de facto, individualizados, por dois indivíduos jamais vivem experiências exatamente idênticas. Até mesmo verdadeiros gêmeos, educandos e escolarizados juntos, não seguem o mesmo percurso de formação. (PERRENOUD, 2000, p. 50).

A integração é um norte, uma política educacional que posiciona as ações pedagógicas da escola em direção a uma perspectiva sempre mais inclusiva, na qual as instabilidades decorrentes do processo devem ser suportadas com base em convicção teórica e prática que se constrói no próprio processo de inclusão. Não é um caminho fácil nem um simples procedimento burocrático novo a ser colocado em prática por determinações diversas e aleatórias; envolve concepções pessoais dos profissionais da educação, vontade política dos administradores e professores e, finalmente, consciência e mobilização da comunidade em relação aos direitos humanos que lastreiam projetos de educação em que a qualidade e a inclusão sejam priorizadas.

A orientadora de ensino da Secretaria Municipal de Educação (SMEC), do município de Novo Barreiro destaca que *“a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exige mudanças estruturais nas escolas, dessa maneira o processo de assessoria vem se desenvolvendo positivamente, no início enfrentamos dificuldades quanto à aceitação dos docentes em trabalhar com esses alunos, pois não compreendiam que deveriam partir do conhecimento real dos alunos, isso é, o conhecimento que os mesmos possuíam, dessa maneira acabavam desestimulando o alunos e em consequência a própria família do educando, pois quando os pais*

eram chamados a escola somente se maximizava os aspectos negativos do aluno (aquilo que ele não era capaz de realizar), esquecendo-se que esses possuem muitas habilidades, e é por esse caminho que se deve iniciar o trabalho, além de estimular esse aluno, partindo de sua realidade, planejando aulas criativas que estimulem o aluno. Tínhamos caso, por exemplo, de professores que trabalhavam potenciação com o aluno que nem mesmo conhecia as quatro operações, acredito que hoje avançamos muito nesse aspecto, mas foi um longo caminho percorrido muita discussão, formação continuada sobre o tema, assessoramente da SMEC na escola com conversas e discussões conjuntas entre a professora do AEE, professora de sala de aula, pais e psicóloga para tentamos minimizar as “dificuldades” enfrentadas por esses alunos”. (OE, 2012).

Sendo assim, precisamos de gestores que busquem qualificação para trabalhar com alunos especiais, buscando respeitar suas individualidades e trabalhando com suas necessidades, para que estes não fiquem “esquecidos” em sala de aula. Acreditamos que o primeiro passo para o professor trabalhar com alunos especiais é aceitar a deficiência e amar muito, saber entender os limites e não esquecer que estes possuem potencialidades que devem ser evidenciadas.

A flexibilização e adaptação do currículo deve estar adequada ao desenvolvimento do aluno, cabendo ao professor na relação ensino-aprendizagem, analisar e compreender o aluno, atendendo-o nas suas necessidades educacionais especiais, planejando, intervindo e reajustando as atividades em função do ritmo próprio do aluno. Montoan (2003) nos alerta quanto à utilização de métodos e técnicas de ensino específicas na inclusão, mas “os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar”. Assim, destacamos que não existe uma receita pronta para ser seguida dentro do trabalho pedagógico, pois este exige consciência e participação coletiva:

a inclusão vai impulsionar a escola para a reorganização, a escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e aproximar a convivência de alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizagem do grupo de alunos considerados sem impedimentos de aprendizagem. (ROSSETO, 2005, p. 42).

Em relação a este trabalho de reorganização a diretora da escola pesquisada afirma: “*Nosso grupo gestor tem uma concepção de escola inclusiva através da qual*

todos os alunos tenham a possibilidade de aprender juntos, independente das diferenças, já que são estas que enriquecem o trabalho de aprendizagem. As escolas inclusivas devem conhecer e trabalhar com as necessidades dos alunos, respeitando os ritmos diferentes, adequando o currículo, inserindo a comunidade, traçando estratégias comuns e assim assegurando uma educação de qualidade”. (DIRETORA, 2012).

Essa aproximação deverá trazer benefícios para todos os alunos tanto para os especiais, quanto para os demais, pois a classe deverá agir de forma unida, parceira, valorizando as diferenças e aprendendo em um ambiente diversificado. Como Vygotsky nos afirma em uma citação feita pela revista de Educação Especial: “o lugar mais legítimo para todas as crianças, também as com necessidades especiais, é na escola regular”. (2003, p.166).

O projeto político-pedagógico é uma construção coletiva na qual “o texto estará sempre em processo de aprimoramento, por se tratar de um ‘tecido’ que nunca se arremata, porque a vida é dinâmica e exige modificações permanentes”. (EDLER, 2004, p.157, grifo do autor). Dessa forma, percebemos que:

[...] o projeto político-pedagógico pode ser considerado como a ‘carteira de identidade’ da escola, evidenciando os valores que cultura, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais, o que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos. (EDLER, 2004, p. 156-157, grifo do autor).

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes de ensino comum, nos níveis de ensino, tem papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, reconhecendo a diversidade às potencialidades, bem como as necessidades individuais. A educação será efetivada mediante a garantia de atendimento educacional que proporcione igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A escola oferece o regime anual, mas admite a possibilidade do aluno que apresenta necessidades educacionais especiais, a possibilidade de concluir em tempo maior o currículo previsto para o ano letivo, assegurando oportunidades diferenciadas, conforme as necessidades e possibilidades de condições de educando.

Praticando a gestão democrática aumentamos as possibilidades dos atores escolares assumirem os projetos da escola como de todos, diminuindo, assim, as dificuldades do contexto. O que significa transformar as práticas que temos hoje, as quais na sua grande maioria são pautadas de homogeneidade, em práticas que atendam às diferenças dos alunos em sala de aula. A escola necessitará ser diversificada para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos portadores de deficiência (BAYER, 2005, 2006, p.42).

A mãe de um aluno escreveu o seguinte em sua redação sobre inclusão *“agradeço a escola pelo empenho com meu filho, mas de verdade, acredito que a inclusão envolve muito mais do que freqüentar a sala do AEE, penso que a inclusão deve acontecer principalmente na sala de aula regular e na minha visão poucas professoras acreditam que meu filho realmente possa aprender”* (MÃE, 2012).

Para isso é necessário realizar adequações curriculares, as quais constituem possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades e necessidades especiais dos alunos. O que o aluno deve aprender, como e quando aprender, que formas de organização são mais eficientes para o processo de aprendizagem, como e quando avaliar o aluno.

Nesse processo são efetuadas tanto adequações maiores que exigem a participação de todos os gestores envolvidos e até mesmo de níveis mais hierárquicos, ou seja, envolvem mais pessoas para a sua realização, quanto adequações mais simples, pequenos ajustes que tem a possibilidade de serem realizadas pelo próprio professor, estas por sua vez são de cunho pedagógico.

As adequações curriculares mais simples abrangem atividades como os agrupamentos, a organização didática, os materiais diversificados; as na temporalidade visam mudanças na alteração no tempo previsto para a realização das atividades; as relativas reportam-se a priorização de áreas, retomada e sequência de conteúdos; as avaliativas voltam-se a seleção de técnicas de avaliação; enquanto a adequação nos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino-aprendizagem dizem respeito a alteração nos métodos, uso atividades que requeiram habilidades diferentes, introdução de atividades prévias, alteração do nível de complexidade, oferecimento de outros recursos e de apoio à realização da atividades, bem como a alteração na seleção e adaptação de materiais.

Acreditamos ser de extrema importância as adequações acima citadas, nos procedimentos didáticos, com relação a este item, o professor 1 destaca em sua

entrevista: *“Eu nunca realizo atividades diversificadas, não faço uso de materiais didáticos diferenciados, não adapto os conteúdos para alunos com necessidade especiais, pois acabo pensando no grande grupo. Não tenho como atender a diferentes situações em uma mesma aula, não me sinto preparada para lidar com esta situação. A escola não está preparada para a inclusão, é muita coisa para os professores fazerem” (P1, 2012).*

É importante observar que as adequações focalizam as capacidades, o potencial, a zona de desenvolvimento proximal (Vygotsky) e não se centralizam nas deficiências e limitações do aluno, como tradicionalmente ocorria.

Já as adequações maiores dizem respeito à eliminação de objetivos básicos quando extrapolam as condições do aluno, introdução de objetivos alternativos, introdução de novos conteúdos específicos, eliminação de conteúdos que sejam inviáveis, alterações nos procedimentos didáticos adotados pelo professor, organização diferenciada da sala de aula, findar as cobranças de habilidades que possam estar além das atuais possibilidades do aluno, prolongamento de um ano, não conotando reprovação.

Essa transformação da escola não decorre apenas da demanda de crianças com deficiência que apresentem dificuldade para se apropriarem dos conteúdos escolares, mas também de uma grande parte daquelas consideradas normais e que também apresentam dificuldades semelhantes e, ainda, por uma consciência coletiva de que a escola que temos já não atende mais as exigências da sociedade atual.

Concluindo o que queremos afirmar é a importância do trabalho coletivo no cotidiano escolar:

O trabalho coletivo e diversificado nas turmas e na escola como um todo é compatível com a vocação da escola de formar gerações. É nos bancos escolares que aprendemos a viver entre os nossos pares, a dividir responsabilidades, repartir tarefas. O exercício destas ações desenvolve a cooperação, o sentido de se trabalhar e produzir em grupo, o reconhecimento da diversidade dos talentos humanos e a valorização do trabalho de cada pessoa para a consecução de metas comuns de um mesmo grupo. (MANTOAN, 2003, p. 5).

Essa é a maneira mais adequada de estabelecer parcerias que fortaleçam o nosso desempenho profissional. Assim, a Escola Municipal de Ensino Fundamental

João Batista Réus acredita que este tipo de trabalho valoriza as ações pedagógicas, tendo em vista a prática reflexiva constante, necessária para uma educação de qualidade, inovadora e para todos.

3.3 Fundamentos teóricos e pedagógicos do AEE em salas de recursos

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (MEC/2008), a educação especial constitui uma modalidade de ensino não substitutiva à escolarização. O Decreto nº 6.571/2008 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, definido no § 1º do art. 1º, como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar a formação dos alunos no ensino regular. No § 2º do art. 1º, determina que o AEE integra a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família e a articulação com as demais políticas públicas. De acordo com esse decreto:

O atendimento educacional especializado – AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 01).

O AEE é um serviço de educação especial voltado para a vida escolar dos alunos com necessidades especiais, considerando as suas necessidades específicas de forma a promover o acesso, participação e integração nas atividades escolares. Ele constitui oferta obrigatória dos sistemas de ensino.

Sendo assim, o Ministério da Educação criou o programa de implementação de Salas de Recursos Multifuncionais, que tem como finalidade a disponibilização de equipamentos, mobiliário e materiais pedagógicos, visando apoiar as redes públicas de ensino na organização e na oferta do atendimento educacional especializado. No contexto da Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva demarcamos o público e a atuação do AEE, definindo as atribuições do professor e sua formação. Em seu questionário a professora do AEE destacou *“Tenho vários cursos na área da educação especial. Sou especialista em educação especial com*

ênfase em deficiência cerebral, tenho curso de 400 horas em deficiência mental e agora estou participando de um curso de deficiências intelectuais no AEE” (P3, 2012)

A política da educação básica orienta para a oferta do AEE. De acordo com esta política, esse atendimento assegura que os alunos aprendam o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

O acompanhamento em sala de aula para ensinar o uso de recursos destinados aos alunos com deficiência aos professores e demais alunos é oferecido pelo professor de AEE, que deve também desenvolver estratégias educativas que visem à superação das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos. Ele inclui em suas atividades: avaliação do aluno, a gestão do seu processo de aprendizagem e acompanhamento desse aluno na sala de recursos multifuncionais (espaço destinado para a realização do AEE) e na interlocução com o professor do ensino comum.

Para a orientadora de ensino do município quanto à interação entre professores das classes regulares e professora do AEE *“acredito que os encontros de parada mensal e encontros de discussões coletivas realizadas fora do turno de aula favorecem muito a interação, discussão e planejamento. Temos a compreensão que o Atendimento Educacional Especializado deve atender as especificidades dos alunos com necessidades educativas especiais, é um trabalho que deve ser realizado em conjunto com o professor do ensino regular, necessita-se de discussões constantes desde a carga horária que o aluno irá freqüentar o atendimento e o entendimento do que deve ser trabalho. Quanto mais interação, maior será o reflexo sobre aprendizagem do aluno, que necessita de constante estímulo” (OE, 2012).*

Hoje estamos com este grande desafio nas redes de ensino, pois os profissionais de educação ainda não estão preparados para trabalhar com alunos com necessidades especiais e nem as escolas estão apropriadas, não estão acessíveis, estamos com poucos profissionais qualificados em Educação Especial.

Assim, com o intuito de orientar a implementação do Decreto nº 6571, são instituídas as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, por meio da Resolução nº4 CNE/CEB. Este documento define, no artigo 1º, que cabe:

[...] aos sistemas de ensino matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comum do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado – AEE [...] (BRASIL, 2009, p. 01).

De acordo com estas Diretrizes, o AEE deve integrar o Projeto Pedagógico-PP da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. A oferta de atendimento deve ser institucionalizada, prevendo na sua organização a implementação da sala de recursos multifuncionais, a elaboração do plano de AEE, professores capacitados para o exercício da docência no AEE, demais profissionais como tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e aqueles que atuam em atividades de apoio.

No Projeto Pedagógico da escola investigada constata-se que:

O planejamento do trabalho pedagógico do AEE deve levar em conta o plano de estudo da classe comum onde o aluno está matriculado. As alternativas pedagógicas necessárias para cada aluno devem ser construídas em conjunto com o professor da classe comum e coordenação pedagógica da escola, que deve arquivá-lo. O plano de trabalho do professor, elaborado para cada aluno, deve sistematicamente ser avaliado pelos envolvidos, tendo em vista as especificidades dos sujeitos e o aprimoramento progressivo da atualidade. (PP, EJBR, 2010 p. 26).

Através da análise do PP da Sala de Recursos Multifuncional da Escola João Batista Réus (JBR), evidenciamos dentre as atribuições do AEE organizar o projeto pedagógico para o atendimento educacional especializado; planejar as atividades a serem desenvolvidas com aluno; matricular no AEE alunos matriculados em escolas comuns de ensino regular, que não tenham o AEE realizado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola de ensino regular, colaborar com a rede pública de ensino na formação continuada de professores, produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis e estabelecer redes de apoio que contribuam na elaboração de estratégias pedagógicas e de acessibilidade.

No PP da Sala de Recursos Multifuncionais da escola investigada, destaca-se que o principal objetivo do AEE É:

Oportunizar ao aluno o desenvolvimento de suas capacidades, enfatizando o domínio da escrita, leitura e cálculos trabalhados de formas significativas, a serem utilizados em situações práticas do seu dia-a-dia; proporcionar também, a formação de um cidadão crítico e responsável, conhecedor da sua realidade, para ser agente de sua própria história e co-participante na transformação da sociedade. (PP AEE, 2010 p. 17).

Diante do novo paradigma educacional, que traz novos personagens para a escola, com uma riqueza de saberes a serem desvelados, é muito importante que a formação dos futuros profissionais dê conta de estratégias e alternativas capazes de instrumentalizá-los para o desenvolvimento de um trabalho profissional competente. Sabemos, por outro lado, que paralela à competência, a prática do professor muitas vezes é limitada em relação à rotina da escola. Daí a necessidade de sedimentar conhecimentos, que facilitarão o desempenho profissional, em consonância com o plano coletivo da escola. Plano este que precisa dar conta das diversidades existentes hoje, considerando que a escola inclusiva aposta em um currículo centrado no aluno. Como forma de ajudá-lo a superar suas dificuldades.

A forma como o professor trabalha, as estratégias que ele utiliza para ensinar são definitivas para a aprendizagem do aluno. Uma prática realmente mediadora implica um trabalho intencionalmente organizado para que o aluno, com ajuda, adquira os conteúdos planejados.

O modelo da inclusão convida os professores a terem um olhar para cada aluno, para poderem conceder direitos iguais a todos, como nos lembra Stainback e Stainback (1999):

se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.29).

O processo de mudanças operacionais nas escolas só irá ocorrer na medida em que essas instituições reconheçam sua responsabilidade com todos os alunos, dando aos professores melhores condições de trabalho e uma remuneração que evite a necessidade de se trabalhar em mais de uma escola e muitas horas diárias.

Ainda, dentro do aspecto pedagógico observamos que na sala de recursos muitas atividades são realizadas como se fossem aulas normais de sala comum. Há bastante escrita e xerox nos cadernos. Segundo a conversa com os alunos, eles não exploram os diversos materiais pedagógicos que a sala possui. Esse fato remete a várias indagações: Isso não será um reforço escolar? Será que o professor do AEE conhece realmente as reais necessidades e habilidades dos alunos com quem ele está trabalhando? O que ele sabe sobre o aprender desses alunos encaminhados

para a sala do AEE? Na fala do professor fica claro que ainda não está esclarecido qual é o papel do AEE: *“na sala são trabalhadas atividades objetivando sanar ou amenizar a dificuldade enfrentada pelo aluno, procurando tornar o aluno mais seguro e confiante”*(P1, 2012).

O modelo da inclusão procura romper com crenças cristalizadas pelo paradigma que o antecedeu: o do integração, baseado em um modelo médico, onde a deficiência deveria ser superada para que o aluno chegasse o mais perto possível do parâmetro normal, vendo os distúrbios e as dificuldades como disfunções, anomalias e patologias. Este tipo de visão tinha preceitos que segregaram as diferenças, norteando-se pelo princípio da normalização, ou seja, a tese defendida era a que quanto mais próxima da normalidade, mais o aluno estaria em condições de frequentar o ensino regular.

Portanto, a inclusão busca derrubar este tipo de visão, defendendo a ideia de que o ensino se constrói na pluralidade e na certeza de que o processo de aprendizagem se funde na interação, a partir da qual desenvolve uma forma humana e significativa de perceber o meio.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido na sala de recursos deve partir dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos e contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos da classe comum. Carvalho (2000) afirma que a organização do atendimento educacional baseado no paradigma da inclusão, deve procurar a remoção de barreiras para a aprendizagem.

Assim, na programação da sala de recursos, é importante observar as áreas do desenvolvimento cognitivo, motor, social, afetivo e emocional, com vistas a subsidiar os conceitos e conteúdos defasados no processo aprendizagem para atingir o currículo da base comum. Os conteúdos escolares deverão ser trabalhados com metodologias e estratégias diferenciadas; uma vez que o trabalho com os conteúdos não deve ser confundido com reforço escolar – repetição de conteúdos da prática educativa da sala de aula. As atividades planejadas implicam aprofundamento dos conhecimentos historicamente acumulados, por meio de técnicas e métodos adequados, que facilitem a apropriação do saber realmente necessário.

A sala de recursos só pode ser considerada instrumento de inclusão se a ação pedagógica acontecer, conforme está apresentada no contexto legal, ou seja,

desde que consiga atender à diversidade, assegurando ao aluno a inclusão em situações de aprendizagem no ensino regular. O fato de a criança estar na escola regular e conviver com o outro não é suficiente para suprir as necessidades educacionais dos alunos especiais. A aprendizagem é o elemento essencial para garantir a inclusão.

No questionário com o aluno o que mais chamou atenção foi o fato de que ele não está contente com a forma em que lhe é cobrado habilidades que ele ainda não possui *“Eu brinco muito na escola, tenho bastante amigos e converso com todos eles, na hora do recreio brincamos de jogar bola. Mas na sala de aula não gosto nem de ler e nem de escrever, às vezes até saio da sala por que não quero ler”* (ALUNO, 2012).

Esse fato nos leva a pensar que na hora da avaliação devemos estar atentos para não excluir ainda mais os alunos. Poderia a escola aplicar notas mesmo que seja algo não tão real? Ou transformar conceitos em notas?

A avaliação educacional é extremamente complexa e requer constante reflexão. Segundo Mantoan (2003) temos que assegurar o direito à igualdade quando as diferenças inferiorizam nossos alunos e assegurar o direito à diferença quando a igualdade os descaracteriza.

Como educadores é importante que adotemos essa máxima ao pensarmos em nosso projeto pedagógico, na gestão da escola, quando vamos avaliar o aproveitamento escolar. É preciso que se tenha muito claro que tanto a igualdade quanto a diferença devem estar presentes. Há momentos em que a igualdade tem que ser considerada e em outros que a diferença precisa ser vista e atendida, mas sem inferiorizações e discriminação.

Apesar de assegurado por lei, o AEE ainda não está implementado em todas as escolas do país e, como se trata de um serviço recente, não se dispõe de pesquisas que indiquem os benefícios desse atendimento. É importante destacar aqui que o atendimento educacional por si só não garante aprendizagem dos alunos, é necessário a colaboração entre os diversos agentes da escola tais como gestores, equipe técnica, professores de sala comum, professores do AEE. Esses profissionais devem trabalhar em parceria e juntar esforços para desenvolver uma educação de qualidade.

4 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Aprofundamos esta pesquisa de campo em aspectos relacionados à inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Tendo o foco nas mudanças que vêm acontecendo no processo educativo atual é essencial que busquemos construir um processo de inclusão voltado ao respeito às diferenças e ao desenvolvimento das diferentes habilidades. Conforme a Declaração de Salamanca:

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 11).

Assim, a inclusão propõe para todos os que estão diariamente na escola e inclusive para a comunidade o respeito as diferenças. Nesse sentido, destacamos a importância de compreender que incluir não se limita em colocar a criança dentro de uma escola regular, este processo exige muito mais, é preciso fazer com que ela consiga interagir com o meio e com os colegas.

O presente capítulo irá contextualizar a escola, a forma adotada para envolver todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem e a síntese das entrevistas realizadas com a diretora, orientação de ensino da SMEC, professores, aluno e pais.

4.1 Contextualização de campo da pesquisa

A partir do estudo e da análise dos documentos da escola, Projeto Pedagógico e Regimento Escolar, temos um amplo conhecimento da realidade onde a instituição está inserida, da infraestrutura do prédio, das instalações, dos profissionais, da clientela atendida, entre outros.

Novo Barreiro é um município brasileiro do Estado do Rio Grande do Sul (RS), localizado na região norte do Estado, região da produção, assim denominada, distante 376Km da capital Porto Alegre. Novo Barreiro pertencera a Palmeira das Missões do qual conseguiu sua emancipação no dia 20 de março de 1992, passando a partir desse momento a ter sua própria vida administrativa.

É um município pequeno que possui uma área de 123,58 km² e uma população em torno de 3.858 habitantes. (NOVO BARREIRO, 2011). O município possui escolas públicas: municipais e estadual, englobando a educação infantil, fundamental e ensino médio.

O sistema da rede municipal de ensino é composto por cinco (5) escolas, sendo uma (1) de educação infantil, duas (2) ensino fundamental incompleto e duas (2) de ensino fundamental, (1) Sala de Recursos Multifuncional, atendendo a 315 alunos. Para atender essa demanda, o município conta com um quadro funcional de 41 profissionais, entre professores em sala de aula, professor do AEE, substitutos, aulas de reforço, direção e coordenação pedagógica. Optou-se, neste trabalho, por pesquisar a escola João Batista Réus, a qual possui em suas instalações uma sala de Recursos Multifuncional para atender a sua grande demanda.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental João Batista Réus, conta com uma longa história de existência, tendo regimentado como data de fundação, o dia 1º de março de 1966. E, em todo esse período, vem trabalhando em prol de uma educação de qualidade que leve em conta a realidade da comunidade escolar.

A escola localiza-se na localidade de Linha Biriva, no município de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Segundo o PP a escola:

atende hoje aproximadamente 120 alunos, distribuídos entre a Educação Infantil nível B, e o Ensino Fundamental com duração de 08 anos e Ensino Fundamental com duração de 09 anos. Deste total são atendidos 14 alunos no Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo alunos provenientes da Escola João Batista Réus e demais Escola Municipais. (PP, 2010, p. 08).

A escola conta com um quadro de professores formados com graduação e a maioria com pós-graduação que buscam constantemente a qualificação profissional. Além disso, a instituição possui professor com especialização para atender os alunos do AEE na sala multifuncional.

Segundo a fala da diretora, a escola ainda não está totalmente adaptada fisicamente. Aos poucos conforme as condições financeiras e os recursos públicos que alcançam vão sendo feitas reformas e adaptações. Porém a escola disponibiliza de recursos pedagógicos e de multimídia, sendo dois computadores e um notebook.

Analisando o PP, destacamos que o prédio escolar tem em suas dependências seis salas de aula, sendo uma delas a sala de recurso multifuncional para o atendimento dos alunos do AEE, cinco banheiros, uma cozinha com refeitório, uma biblioteca, uma sala de direção e coordenação, uma sala de professores, um pátio cercado, uma horta escolar, um salão de festas em parceria com o Clube de Futebol e Igreja Católica da comunidade e um campo de futebol cercado.

Segundo a colaboradora P2 *“A escola melhorou muito no oferecimento de recursos didático-pedagógicos, os quais são adquiridos constantemente de acordo com as necessidades, facilitando a prática pedagógica do professor. Ainda há a necessidade de aquisição de mais materiais e equipamentos, porém a maior necessidade no momento é de preparo e de formação dos professores de sala comum para atuar e administrar a aula de maneira inclusiva, pois na maioria das vezes percebo que estes materiais são utilizados apenas pela professora do AEE”* (P2, 2012).

Em relação à clientela atendida pela escola, podemos dizer que tem alunos com grandes habilidades e potencialidades, porém alguns pouco motivados para o estudo, desinteressados e às vezes com bastante faltas e indisciplinados. Na realidade em que a escola está inserida, há vários casos de pais alcoólatras, drogados ou com outras dependências que vem mudando a estrutura familiar e, afetando assim, o desenvolvimento do aluno.

Percebemos que há muitas famílias desajustadas, brigas, desunião, desleixo dos pais ou responsáveis em relação aos filhos, o que causa a pouca participação no andamento da vida escolar de seus filhos.

Dessa forma, os alunos demonstram através de seus atos e pensamentos o comodismo perante a realidade em que vivem, o qual os envolve. Assim, a maioria vem para a escola por ser obrigatório, segundo a lei. Alguns ainda por motivo da merenda ou porque encontra na escola um lugar para conversar com amigos e brincar, sem realmente dar importância ao aprender, ao trocar ideias, ao construir e lutar juntos por uma vida digna, um futuro melhor.

Na entrevista com a diretora da instituição, a mesma destacou que *“com esta situação, a escola enquanto instituição busca incentivar, motivar os alunos a buscarem o caminho certo, ensinando para a vida e construindo juntos, professor - aluno, aluno - professor um conhecimento que possa ser utilizado em longo prazo”* (DIRETORA, 2012).

Diante disso, evidenciamos que esta situação apresentada pela comunidade escolar é bastante preocupante para o grupo gestor. Pela análise das entrevistas podemos verificar que a comunidade possui um alto índice de alunos com necessidades especiais, em sua grande maioria a nível cognitivo, pois possuem dificuldades de aprendizagem.

A partir das entrevistas realizadas durante o processo de investigação podemos nos aproximar de três grandes categorias quais sejam: **O trabalho com o aluno em sala de aula; Formação profissional do docente; A visão dos professores frente ao processo de inclusão.**

4.1.1. O trabalho com o aluno em sala de aula

Como um espaço educativo, a escola deve oferecer atividades adequadas aos alunos com deficiência, valorizando suas habilidades e desenvolvendo seus potenciais. Conforme Mitller (2003, p. 34), *“a inclusão escolar implica em uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e forma de agrupamento dos alunos nas atividades”*.

Porém, percebemos que a presença destes alunos em salas de aulas comuns representa um grande desafio aos professores visto que estes relatam sentir muita dificuldade em integrar os alunos, como destaca a P1 da escola João Batista Réus: *“Busco sempre contemplar atividades diversificadas, porém isso é um trabalho um tanto difícil. Penso que nas séries iniciais onde o professor digamos é “dono da turma” é mais fácil, pois o trabalho tem uma melhor continuidade diária e um tempo maior, assim, se conhece melhor os alunos e se aprende a sanar suas dificuldades com maior facilidade. Entretanto, nas séries finais do ensino fundamental esta mediação torna-se mais complicada, já que este deve desenvolver habilidades e competências específicas de cada área e integrá-lo ao nível da turma é difícil. Nas*

séries iniciais o material concreto faz parte da aula diariamente, já nas finais os alunos deve ter já construído está competência. Se o professor utilizar o material concreto como forma de integração e contemplação a aula deste aluno se tornará diferente dos demais colegas” (P 2, 2012).

Realizar a inclusão escolar é realmente um grande desafio a ser enfrentado pelos professores da rede regular. Adequar o currículo aos alunos portadores de deficiência para que tenham uma educação voltada para as suas necessidades é um aspecto relevante neste processo, Rosseto diz que:

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais (ROSSETO, 2005, p. 42).

Percebemos claramente algumas situações alarmantes no espaço escolar, tais como: diferentes dificuldades destacadas pelos professores, principalmente pelo fato de não aceitarem a diversidade existente; subestimação do potencial destes alunos; professores sem formação adequada e conseqüentemente, a não visualização das possibilidades de um sistema inclusivo. Para Bayer:

Não há como propor uma educação inclusiva, onde literalmente se jogue crianças com necessidades especiais nas salas de aula regulares, quando o professor não tem uma formação que lhe o professor não tem uma formação que lhe possibilite lidar com tais alunos (BAYER, 2005, p.56).

Assim, percebemos que para que os educandos aprendam na escola conceitos úteis para a sua vida na sociedade, é necessário que se tenha um planejamento, ou seja, é o planejar para concretizar a educação diferenciada, a inclusão escolar. Este planejamento, por sua vez, é a adequação curricular, na qual se ajusta o trabalho pedagógico para atender as necessidades dos estudantes.

Através da adequação do currículo a escola poderá atuar nas dificuldades de aprendizagem dos alunos, levando sempre em consideração o cotidiano da escola, as necessidades e as capacidades destes alunos. Ao deixar os educandos em uma sala de aula comum com atividades iguais para todos não é inclusão, pelo contrário, os conteúdos devem ser compatíveis com as características dos educandos com

necessidades especiais. Para a orientadora de ensino da escola investigada: *“a flexibilização e adaptação do currículo deve estar adequada ao desenvolvimento do aluno, cabendo ao professor na relação ensino-aprendizagem, analisar e compreender o aluno, atendendo-o nas suas necessidades educacionais especiais, planejando, intervindo e reajustando as atividades em função do ritmo próprio do aluno”* (O. E. 2012).

Em uma escola que acredita na aprendizagem no âmbito da diversidade e das trocas tem-se claro a motivação dos alunos em participar das aulas. O aluno quando responde ao questionário destaca que *“não gosto de vir nas aulas todos os dias”* (ALUNO, 2012), evidencia que ele não está se sentindo bem na escola, alguma coisa está lhe incomodando. Continuando sua resposta, o aluno diz: *“mas, na sala do AEE eu gosto não faltou nenhum dia”* (Aluno 01). Ao comparar a sala de aula comum com a do AEE o aluno revela sentir-se melhor no atendimento especializado, talvez por ser um atendimento mais individualizado, onde a professora consegue dar mais atenção e o aluno consegue realizar as atividades propostas, situação que não acontece na sala de aula comum. Apesar de as atividades de ambas serem parecidas, destaca-se que, o atendimento o faz acreditar nas possibilidades e a efetivação da realização de atividades propostas fazem com que o aluno tenha realmente prazer em participar da aula.

4.1.2 Formação profissional do docente

Outro fator importante no âmbito da inclusão é a capacitação contínua dos professores e funcionários. Educar não é uma tarefa simples, ser um educador na atualidade é mais complicado ainda, pois é preciso ser um profissional competente, comprometido com a aprendizagem, especializado no que faz, atualizado, informado, dedicado, que tenha uma visão crítica de mundo e ao mesmo tempo, que saiba educar para humanizar e que ame a sua profissão, mas para ser esse profissional o professor precisa de formação.

Segundo Feldmann (2009):

[...] a questão da formação docente nos convida a reviver as inquietudes e perplexidades na busca de significados do que é ser professor no mundo de hoje. Professor, sujeito que professa saberes, valores, atitudes, que compartilha relações e, junto com o outro, elabora a interpretação e reinterpretação do mundo. Palavras, sentidos que encerram em si a dimensão da multidimensionalidade, da complexidade e da incompletude do saber e do ser professor. (FELDAMANN, 2009, p.71).

Como podemos verificar, a tarefa do professor é árdua, e para isso ele deve estar bem preparado, o que significa que deve estar em constante formação, uma formação contínua que possa lhe ajudar a enfrentar os desafios do seu cotidiano. As políticas públicas de formação têm a função de colaborar e auxiliar na formação dos professores, contribuindo para o desenvolvimento do seu trabalho.

Com esse pensamento que a SMEC - Secretaria de Educação do município de Novo Barreiro (RS), disponibiliza ao seu quadro de professores, uma reunião de planejamento mensal, na qual os educadores podem planejar as atividades que serão desenvolvidas na escola, uma reunião de estudo também mensal, na qual a escola trabalha assuntos de interesse e necessidade dos professores e também oferece um curso de formação.

A colaboradora P2 se refere às reuniões de planejamento como: *“indispensáveis para a integração entre os gestores e para o planejamento”* (P2, 2012), nesse sentido a colaboradora P3 nos coloca que *“nestas reuniões discutimos sobre a aprendizagem dos alunos”* (P3, 2012). Quanto às reuniões de estudo realizadas em nível de escola com duração de 4 horas mensais a diretora destaca que *“nossas reuniões são baseadas em assunto pertinentes aos gestores, são temáticas escolhidas pelos professores e que tem ligação com o tema gerador da escola. Claro que a inclusão muitas vezes é o tema de nossas discussões, pois é um assunto ligado ao cotidiano da nossa escola”* (DIRETORA, 2012).

No caso da formação contínua dos profissionais da educação, disponibilizada a todos os professores da rede municipal de ensino a colaboradora P1 nos coloca que a formação continuada acontece *“quando o professor está sempre procurando o aperfeiçoamento da sua prática pedagógica, na medida que faz leituras, cursos, especializações”*, ou seja, a busca constante de conhecimentos que lhe permitam melhorar o desenvolvimento do seu trabalho, diante dos desafios de uma sociedade contemporânea. Conforme Nóvoa (1991) a formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como espaço de referência.

Conforme Freire (1997):

A educação é permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, d outro, da consciência que ele tem, de finitude. Mas ainda pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado a sua natureza não apenas saber que vivia mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundamentam aí. (FREIRE, 1997, p. 20).

A colaboradora P2 nos relata que *“a formação continuada pelo menos uma vez por ano é sobre a temática da inclusão, permitindo um maior conhecimento a cerca do tema”*.

A Escola João Batista Réus também disponibiliza a família de alunos que frequentam o AEE, reuniões de discussão e orientação durante o ano letivo. Conforme a mãe do aluno *“Estas reuniões nos fazem pensar sobre como está o desenvolvimento dos nossos filhos e também nos orienta quanto a atitudes e a ajuda que devemos dar a ele”* (MÃE 1, 2012).

A orientação para a família também é de extrema relevância quando se trata de educação especial. Sabe-se que muitas vezes os pais tem a tendência de superproteger os filhos por serem portadores de alguma deficiência, porém este tipo de atitude prejudica muito o desenvolvimento de limites o que, conseqüentemente, influencia também na aprendizagem. Este tipo de reflexão e de discussão aparentemente simples ajuda na superação de inúmeras dificuldades enfrentadas na aprendizagem e como se sabe a união entre família e escola é indispensável para este processo.

4.1.3. A visão dos professores frente ao processo de inclusão

Na escola há 11 educandos inclusos, os quais frequentam a sala de recursos multifuncional e também a sala de aula regular, estes alunos são portadores de deficiência mental e nenhum possui deficiência física. Pode-se notar que esta é a escola que mais tem alunos portadores de deficiência no município que frequentam salas comuns. No entanto, percebe-se que há uma grande dificuldade para que essa

inclusão se dê na plenitude, pois há falta de materiais, preparo profissional e também de monitores para auxiliar os professores.

Todas estas dificuldades enfrentadas no sistema de ensino atual não justificam a exclusão escolar. Quando se tem educandos com necessidades especiais em uma sala de aula, os gestores devem trabalhar em equipe e buscar desenvolver o melhor trabalho com este aluno, conhecer suas potencialidade e principalmente vencer o preconceito e o medo ao diferente, reconhecendo estas diferenças e utilizando-as como um meio de crescimento, desenvolvimento e aprendizagem, evitando perceber tudo como um problema. Para efetivar o processo de ensino aprendizagem é preciso modificar muitas situações, pois a inclusão vai além da mera inserção e socialização.

Neste contexto a gestão democrática se faz de grande valia. Buscar a participação de todos os envolvidos no gerenciamento do processo, isto significa que não é só o diretor o responsável por gerenciar a instituição, mas também professores, funcionários, pais de alunos, alunos e comunidade. A inclusão exige este tipo de gestão, já que, esta pressupõe modificações na dinâmica escolar para que as necessidades de todos os alunos sejam satisfeitas.

Temos um sistema de ensino baseado na ideia de que os agrupamentos parecidos favorecem a aprendizagem. Esta concepção vem sofrendo transformações na atualidade e já se tem informações de instituições que trabalham seguindo a linha contrária a esta uniformização, já que, ela é um mito, pois a maneira como o currículo se organiza não é compatível com a educação inclusiva.

Conforme a colaboradora 1 *“Eu não me sinto preparada para receber estes alunos, às vezes eu tenho dificuldade de modificar minhas aulas e acabar errando e às vezes eu não tenho tempo, é muita coisa para fazer e assim, acabo dando sempre a aula igual”* (P1, 2012). Refletindo sobre o que coloca a colaboradora da pesquisa tem-se claro que não demonstra confiança e atitude positiva frente ao princípio da inclusão escolar e isso dificulta ainda mais este processo. O profissional de educação precisa ter claro que a inclusão não irá ocorrer de uma hora para outra, pois este é um processo contínuo no qual se deve ter muita persistência, já que, alunos com dificuldades demoram mais para aprender. Além disso, os profissionais não devem enfrentar esta situação sozinho, a vivência de um cotidiano escolar incluso, as trocas com os colegas, as informações e sugestões advindas da busca

de soluções, a observação de outros modelos de inclusão e outras atividades são importantes caminhos que devem ser trilhados para o sucesso.

Incluir é mais do que apenas colocar os educandos em classes regulares comuns, é preciso ter um projeto para atender estes alunos e antes de qualquer coisa é preciso ter compromisso. Segundo Sartoretto:

A inclusão só é possível lá onde houver respeito á diferenças e, conseqüentemente, a adoção de praticas pedagógicas que permitam ás pessoas com deficiência aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo seu ritmo e na medida de suas possibilidades. (SARTORETTO, 2006, p.81).

Analisando as entrevistas dos professores de sala de aula comum da escola pesquisada percebemos que ele tem uma visão fechada em relação à diversidade. Sabemos que há uma grande complexidade no ato de educar, principalmente quando se trata de alunos que precisam de um atendimento especial, porém não temos como fugir desta situação e devemos encará-la com dedicação, pois temos uma grande responsabilidade em nossas mãos quando somos educadores de crianças especiais.

Constatamos que os professores tem a concepção de incapacidade frente a esta situação, como destaca a colaboradora (P1, 2012): *“a sala do AEE e as aulas de reforço são as que mais podem fazer algo pelos alunos”*. Desta forma, os professores demonstram fragilidade, medo de errar, de ousar, de buscar a mudança dentro do ensino comum. Para atender melhor o aluno portador de necessidades especiais o educador deve buscar instrumentos e recursos que atendam a diversidade, pois se encarar esta realidade com determinação e perseverança com certeza este aluno irá enriquecer o desenvolvimento da turma.

Analisando as respostas dadas pelos educadores parece que educação inclusiva é vista como impossível ou inviável, porém é preciso lembrar que para tornar este processo possível e viável é preciso muita coragem, vontade e responsabilidade. O modelo tradicional de ensino-aprendizagem deve ser repensado neste contexto, pois a complexidade dos conteúdos e atividades muitas vezes não representam aprendizagem e é importante que se realize atividades diversificadas, como jogos, trabalho com música, pesquisas, experiências e outros visando a participação de todos os educandos no processo de aprendizagem. Enfrentar o

novo e o desconhecido sem medo de errar, pesquisar e perguntar é essencial para desenvolver um trabalho realmente inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reforçamos que é por meio da participação efetiva da comunidade escolar, da organização do trabalho pedagógico, da construção do projeto pedagógico e através dos princípios da Gestão Democrática, que a escola poderá contribuir para a superação das contradições da sociedade e auxiliar no processo contínuo de construção de uma sociedade mais humana, democrática e inclusiva. A democracia é indispensável no cotidiano de uma escola e, coordená-la requer procedimentos que permitam criar um clima de participação democrática que supere o autoritarismo, o individualismo e a centralização do poder.

Com base nas respostas dos professores participantes da pesquisa, constatamos que o PP implica de maneira significativa na organização do trabalho pedagógico e sua reflexão acerca do cotidiano da escola por ser um processo de construção coletiva, permitindo assim, que se amplie o encontro entre todos os envolvidos com a escola e as mudanças que são necessárias em todo o meio que o cerca.

Percebemos nesse processo a necessidade de articulação dos atores envolvidos no espaço educativo. Esse fato evidencia a necessidade de compreendermos diferentes aspectos que formam a rede da educação, os quais vão além da prática do professor. Neste sentido há de se considerar os alunos, o currículo, a participação dos pais e da comunidade, as políticas públicas, as investigações científicas, entre outros.

Evidenciamos que na reconstrução do PP a equipe gestora buscou o envolvimento de toda a comunidade escolar, que participou dessa reconstrução através de questionários e reuniões onde puderam colocar sua opinião frente ao andamento da escola, estabelecendo coletivamente metas e ações que definirão os rumos da escola. Durante a reconstrução, a escola buscou embasamento teórico, estudo e, acima de tudo, planejamento.

O PP representa a diversidade existente dentro da realidade escolar, além de promover a transformação do ambiente escolar. Deve ser constituído, elaborado e articulado de acordo com os interesses da comunidade escolar, constituindo-se em uma prática coletiva, comprometida com os interesses de todos.

Com o estudo dos documentos da escola notou-se que a proposta pedagógica traz menções sobre a educação especial, mas de forma muito tímida e não contempla a integração dos alunos “inclusos” em projetos. O PP do AEE dá maior ênfase para este trabalho, destacando metas, ações e projetos, porém pelo que se pode perceber este documento é pouco manuseado pelos professores de sala de aula regular, é um trabalho separado e segmentado desenvolvido apenas na sala do AEE.

Com a realização desta pesquisa foi possível obter dados para analisar como ocorre o processo de inclusão e qual é a visão dos professores de uma escola municipal de ensino fundamental da zona rural de Novo Barreiro/RS em relação a este tema. As entrevistas realizadas possibilitaram concluir que o processo de inclusão da instituição ainda não se constitui um instrumento de Gestão Democrática e também, apresentou alguns dados que permitiram uma reflexão sobre aspectos que têm permeado a inserção do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino.

Na atualidade se evidencia a necessidade de gestores dinâmicos, atualizados e capazes de desenvolver um trabalho embasado na democracia. Um gestor criativo é acima de tudo flexível, comprometido com a construção coletiva de um planejamento participativo, assim, o gestor deve ter atitude, comprometimento e ser capaz de fazer as coisas acontecerem, partindo da realidade onde a escola está inserida, compreendendo esta como local onde acontece a construção do conhecimento e a base das relações humanas.

Na nossa sociedade atual é inegável também refletir sobre a necessidade de realização de uma significativa mudança no âmbito educacional e, conseqüentemente, nos deparamos com a inclusão como tarefa essencial neste contexto. Essas mudanças no ensino refletem a necessidade da educação inclusiva baseada em princípios e leis voltadas ao desenvolvimento de uma educação para todos. Assim, exige-se que a sociedade e a escola se adaptem ao aluno e também que o educador seja um sujeito determinante da transformação da escola.

Na escola investigada percebemos que a inclusão não está acontecendo em sua totalidade, pois não basta colocar os alunos nas classes regulares e não mudar a escola tornando-a mais aberta a lidar com as necessidades de todas as crianças. Para efetivar o processo de inclusão os professores necessitam aceitar a

responsabilidade de ensinar todas as crianças independente de suas características e a partir disto estudar, pesquisar e buscar formas para incluir.

Os professores da escola investigada têm a visão de que processo de ensino aprendizagem parte do pressuposto de que existe uma homogeneidade na qual os alunos devem todos realizar a mesma tarefa, pois esta realidade não existe. É preciso ter claro que esta diversidade deve servir para o enriquecimento da turma na qual as pessoas com diferenças convivem e aprendem juntas de acordo com suas particularidades através das trocas.

Dessa forma, o estudo do discurso dos professores apresentou resultados que permitiram apontar uma posição favorável à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, aparentemente eles acreditam que a inclusão é possível, mas não da forma como está sendo pensada, ou seja, necessita de profundas transformações no sistema de ensino vigente. Os resultados também mostram que os professores se sentem despreparados e precisam de mais formação.

Percebemos também que a escola trabalha com a gestão democrática, buscando sempre a tomada de decisões coletiva, trabalha também com o planejamento coletivo, realizando reuniões de estudo e de planejamento de atividades mensalmente, o que possibilita uma maior aproximação dos atores do ato educativo e, assim, atenderá a totalidade dos alunos.

Nesta investigação foi possível verificar que os apoios pedagógicos especializados nesta escola foram de grande importância para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos que frequentam a classe comum. Diante disso, é imprescindível a compreensão da importância da implantação de políticas públicas no âmbito da inclusão, visando o acesso e principalmente a permanência do aluno portador de necessidades educacionais especiais na escola.

Sabemos que a educação inclusiva ainda é uma prática recente e inovadora que exige que a escola se modernize e que os educadores aperfeiçoem suas práticas e existem diversas barreiras neste processo que precisam ser superadas por todos educadores, educandos, pais e comunidade. Necessitamos aprender mais sobre a convivência na diversidade a fim de diferenciar o modo de ser de cada ser humano e esta compreensão irá ocorrer a partir do diálogo e da comunicação entre todos os participam da rotina do aluno.

Acreditar na educação inclusiva é acreditar na capacidade de transformação da sociedade, efetivando o tratamento solidário, respeitoso e igualitário. Apostar neste processo significa viabilizar a possibilidade de permanência do aluno na escola, respeitando as diferenças e as características de cada um, ou seja, é excluir definitivamente o hábito da exclusão.

REFERÊNCIAS

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEYER, H. **A educação Inclusiva ressignificando conceitos e praticas da educação especial**. Revista educação especial. Brasília n. 02, ago. 2006.

BEYER, H. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

BEYER, H. O. **Por uma epistemologia das crianças com necessidades especiais**. Inclusão: revista da Educação Especial. Vol. 2. Brasília, SEE, 2006.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília. Secretaria especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

_____. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailandia, 1990.

_____. **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

_____. **Decreto 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei nº. 9394,

de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2008.

_____. **Decreto Legislativo nº 186**, 24 de dezembro de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

_____. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. INEP. Censo Escolar, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>>. Acesso em: 02 de jun. 2012.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, 20 dez., 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853**, de 24 de outubro de 1989.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.562, de 11 de agosto de 1971.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Política de educação nacional e de educação especial na perspectiva de educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Política de educação nacional e de educação especial na perspectiva de educação inclusiva**. Brasília : MEC/SEESP , 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.296** de 02 de dezembro de 2004.

_____. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador. Pedro Jorge de Melo e Silva(Orgs). 2. ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

_____. **Resolução nº. 4**, de 02 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras de Aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: mediação, 2000. P. 95-125.

CARVALHO, R. E. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. ET AL. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p 295-315.

FELDMANN, M. G. **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2009.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a educação especial**. Curitiba: Editora IBPEX. Curitiba, 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**. Em três artigos que se completam, 40. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários á pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisas em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo. EPU, 1986.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MAZZOTTI, A. J. A. Usos e abusos de estudos de caso. **Caderno de Pesquisa**. Rio de Janeiro. v 36, n. 129, p.637-651, 2006.

MANTOAN, M. T. É. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Editora Scipione, 1988.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** . Editora Moderna: Coleção Cotidiano Escolar, São Paulo, 2003.

PÁDUA, E.M.M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

PENAFORTES, S. **A gestão para a inclusão: uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar**. Tese (Doutorado em educação). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.

PERRENOUD, P. **Pedagogia Diferenciada das intenções à ação**. Artes Médicas, Porto Alegre, 2000.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA JOÃO BATISTA RÉUS **Secretária de Município de Educação**. Novo Barreiro. 2010.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO AEE. **Secretaria de Município de Educação**. Novo Barreiro. 2010.

ROSSETO, M. C. **Falar de inclusão ... falar de que sujeitos?** In: LEBEDEFF, T. B. Pereira, I. L. e S. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

SARTORETTO, M. L. M. **Inclusão: teoria e prática**. In: III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores, 2006, Brasília. Ensaio Pedagógico. Educação Inclusiva: Direito a Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

STAINBACK, S; STAINBACK. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TORRES, R.M. **Educação para Todos**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. Tradução de Daisy Moraes.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, I.P.A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G. de. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. 13.ed. São Paulo: Papyrus, 2008, p.9-32.

VIEIRA, S.L. **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fortes, 1987.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estud. psicol.** [online]. Natal. v.7, p.79, p.88, 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7nspe/a09v7esp.pdf>>. Acessado em 01 de jun. 2011.

APÊNDICES

Apêndice 1

Termo de consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Como estudante do Curso de Especialização em Gestão Educacional, na UAB/UFSM, estou desenvolvendo a pesquisa “A GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MEIO RURAL DE NOVO BARREIRO (RS)”. Tal pesquisa objetiva a coleta e análise de dados que resultarão na monografia de conclusão de curso, sob a orientação da Prof. Ms. Leila Adriana Baptaglin.

O trabalho consiste em analisar a visão do grupo gestor de uma escola do meio rural do município de Novo Barreiro (RS) em relação ao processo de inclusão. A pesquisadora responsável é Alessandra Franz, aluna do referido curso. A pesquisadora se compromete em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os colaboradores venham a ter no momento da pesquisa ou, posteriormente, através do telefone (55) 91241817 ou e-mail alessandra.franz@hotmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e de ter esclarecido minhas dúvidas, eu.....autorizo a realização do questionamento sobre a temática proposta. () Sim () Não.

Em caso positivo, concordo com a utilização das minhas escritas, sem identificação do meu nome, apenas com nome fictício, nos relatórios da pesquisa e publicações associadas. () Sim () Não.

Novo Barreiro,.....de.....de 2012.

Assinatura do entrevistado:.....

Apêndice 2
Termo de consentimento



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE
EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL
TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Vimos por meio deste, solicitar a sua contribuição para elaboração da pesquisa intitulada: “A GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MEIO RURAL DE NOVO BARREIRO (RS)”. O objetivo central do estudo é analisar como ocorre o processo de inclusão em uma escola municipal de Novo Barreiro (RS). É importante que você participe, para podermos aprofundar os conhecimentos a respeito dos projetos e ações.

Obrigado pela sua colaboração!

Cargo:.....

Graduação:.....

Pós-Graduação:.....

Tempo de atuação no cargo:.....

Tempo de atuação na rede municipal:.....

Data:...../...../2012.

Apêndice 3

Questionário designado a professora do AEE

- 1- Como são organizadas as turmas e os horários dos alunos do AEE?
- 2- A escola realiza um trabalho integrado entre os professores da sala comum e o da sala de recursos?
- 3- Qual a formação necessária para o profissional de educação trabalhar em sala de AEE? Como é selecionado esse professor?
- 4- No período destinado à Formação Continuada dos professores, durante o ano letivo, há alguma formação relacionada ao professor de AEE?
- 5- É exigido algum diagnóstico de especialista para o aluno frequentar a sala de AEE?
- 6- Como é preparado o material pedagógico específico para uso dos alunos na sala de recursos?
- 7- O que é trabalhado nessa sala de recursos?
- 8- Você acredita que o AEE possibilita as trocas e o aprender e ensinar?
- 9- Como você percebe a concepção dos regentes de classes regulares em relação ao trabalho com os alunos que frequentam o AEE?
- 10- Sua sala de recursos recebeu materiais enviados pelo MEC? Quais? O município ou o estado oferece algum tipo de ajuda às escolas de AEE?
- 11- A sala de recursos e a sala especial possuem semelhanças ou diferenças? Quais?
- 12- Em sua opinião, o aluno que frequenta a sala de ensino regular e a sala de recursos apresenta um crescimento em relação ao currículo e a interação no grupo? De que forma?
- 13- De que forma o professor de AEE pode orientar as famílias para promover o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional de seus filhos?
- 14- Como articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.
- 15- Como você avalia o processo de inclusão que estamos vivenciando.

Apêndice 4

Questionário designado a diretora da escola

- 1- Como é realizada a matrícula de alunos com deficiência em sua escola?
- 2- Como sua escola está se preparando para garantir a acessibilidade e a permanência dos alunos com deficiência no sistema regular de ensino?
- 3- As escolas da rede pública estão preparadas fisicamente para receber alunos com deficiência? E pedagogicamente?
- 4- Os professores da sala comum que recebem alunos com deficiência realizam cursos de capacitação? A escola, nos seus dias de Formação, organiza um trabalho voltado para os alunos com deficiência? Como e por quem é feito esse trabalho?
- 5- Os recursos pedagógicos que existem e são utilizados nas salas de ensino regular são também utilizados para atender as necessidades dos alunos com deficiência? Quais são esses recursos?
- 6- Em sua opinião, o aluno que frequenta a sala comum e a sala de recursos apresenta vantagens ou desvantagens? Quais?
- 7- Como você avalia o processo de inclusão que estamos vivenciando?
- 8- De que forma a equipe gestora pode articular para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva?

Apêndice 5

Questionário designado ao professor da sala comum

- 1- Como é realizada a matrícula de alunos com deficiência na sala de recursos?
- 2- Sua escola utiliza algum critério para distribuir os alunos com deficiência nas salas do ensino regular?
- 3- Os professores do ensino regular que recebem alunos com deficiência realizam cursos de capacitação? A escola, nos seus dias de Formação, organiza um trabalho voltado para os alunos com deficiência? Como e por quem é feito esse trabalho?
- 4- No seu planejamento diário, você contempla atividades diversificadas que atendam as necessidades de todos os alunos, bem como a dos alunos com deficiência? Realiza atividades que valorize as diferenças?
- 5- Os recursos pedagógicos que existem e são utilizados nas salas de ensino regular são também utilizados para atender as necessidades dos alunos com deficiência? Quais são esses recursos?
- 6- Em sua opinião, o aluno que frequenta a sala de ensino regular e a sala de recursos apresenta vantagens ou desvantagens? Quais?
- 7- Como você avalia o processo de inclusão que estamos vivenciando?
- 8- De que forma o gestor ou a equipe gestora pode articular para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.
- 9- Como é a interação dos alunos nas classes regulares em relação aos colegas portadores de deficiência?

Apêndice 6

Questionário designado a família de aluno que frequente a sala comum e o AEE

- 1- Você conhece as reais necessidades de seu filho (a)? E suas habilidades?
- 2- Seu filho já recebeu atendimento em sala especial?
- 3- Você considera positivo o fato de seu filho estar matriculado em uma sala de aula do ensino regular? E receber atendimento em uma sala de recursos?
- 4- Na escola, na sala de ensino regular, seu filho está adaptado ou encontra muitas dificuldades? Quais?
- 5- Em outros ambientes sociais que você frequenta, como seu filho se relaciona com as pessoas? Possui poucas ou muitas dificuldades? Quais?
- 6- Em sua opinião, o que ainda é preciso fazer para o processo de inclusão acontecer de forma mais justa e aceita por toda a comunidade escolar?

Apêndice 7

Questionário designado ao aluno com deficiência

- 1- Por que você se matriculou nesta escola?
- 2- Você tem amigos nesta escola? Eles conversam com você? Brincam com você?
- 3- No recreio, você participa das brincadeiras junto com os colegas?Quais as brincadeiras que você gosta?
- 4- Você gosta de vir a escola todos os dias? O que você aprende na escola?
- 5- Você vai à sala de recursos? O professor da sala de recursos realiza atividades legais? São diferentes das dos demais professores? Quais são as principais atividades que você realiza na sala de AEE?
- 6- Você mudaria alguma coisa na escola? Por quê?

Apêndice 8

Questionário designado a supervisora de ensino do município e para a assessora pedagógica

1- Considerando os trabalhos de assessoria realizados na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Batista Réus como você visualiza a concepção dos professores quanto ao processo de inclusão?

2- Como é a interação entre os professores das classes regulares com o regente do AEE?

3- Como é a aceitação dos alunos que frequentam o AEE?

4- Como você percebe a interação dos professores e o planejamento coletivo da escola em relação ao trato com as necessidades específicas dos alunos?

5- É percebido no planejamento dos docentes reformulações e atividades que permitam o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência.